

Silva Peneda vota contra o Conselho e critica Governo Sócrates

O Deputado, Silva Peneda, que liderou a rebelião do PE na discussão da Directiva de Tempo de Trabalho, exprimiu uma grande satisfação pelo facto do **"Parlamento Europeu ter derrotado o Conselho, defendendo os trabalhadores europeus."**

PÁG.02

EDITORIAL CARLOS COELHO

PRECONCEITOS

Com a eleição de **Obama** abre-se um novo ciclo na História da América e, espero, uma **nova fase** no importante **diálogo transatlântico** com a Europa.

Quem tinha preconceitos relativamente à capacidade da democracia americana ultrapassar os negros anos de Bush, deve perdê-los.

Com os **Governos do PS** em Portugal **aumentaram as diferenças salariais entre Homens e Mulheres**. Quem pensava que o valor da igualdade é uma marca socialista, deve perder esse preconceito.

Quem (nalguns países do Norte da Europa) acha que os menores não devem ser obrigados a dar **impressões digitais para os novos passaportes biométricos**, aumentando a segurança dos elementos de identificação e combatendo o tráfico de crianças, deve perder esses preconceitos.

Quando o Parlamento Europeu levanta a voz rejeitando a posição do Conselho (que o Governo de Sócrates viabilizou, abstendo-se), em nome da **defesa dos trabalhadores** e o faz graças ao **português José Silva Peneda** e aos votos do PPE que o seguiram, não faz sentido o preconceito que somos um País pequeno e sem capacidade de influenciar as decisões comunitárias.

Com qualidade, persistência, conhecimento e trabalho marcamos posições e desmontamos preconceitos.



Euro faz 10 anos

Mas Governos socialistas travam Portugal

O Grupo Europeu do PSD congratula-se pelo décimo aniversário da UEM.

PÁG.09

Segurança dos Brinquedos



Legislar não chega. É necessário Fiscalizar e essa é a Responsabilidade da ASAE

PÁG.06

PSD acusa: Diferenças salariais

entre géneros pioram durante os mandatos do PS

Eurodeputados do PSD acusam o PS de fazer **"folclore nas questões das mulheres"** e de acentuarem diferenças salariais entre géneros



PÁG.04

Silva Peneda critica abstenção do governo português

Os votos do Grupo-PPE, que seguiram Silva Peneda na sua linha de votação, foram decisivos para reunir a maioria necessária para derrotar o Conselho.

O Deputado Silva Peneda exprimiu uma **“grande satisfação pelo facto de o Parlamento Europeu ter derrotado a posição comum do Conselho”** no que respeita à Directiva do Tempo de Trabalho.

Silva Peneda acrescentou que a posição de um grande número de deputados do Grupo PPE que seguiram a sua linha na votação foi **“absolutamente decisiva para reunir a maioria absoluta necessária para impor a abertura de um processo de conciliação com o Conselho”**.

O Eurodeputado insistiu junto dos colegas do seu grupo político na questão de “opt-out”, i.e. a possibilidade de derrogação do período máximo semanal de trabalho de 48 horas, não tem nada a ver com a flexibilidade do mercado laboral. Esta flexibilidade é conseguida, através da anualização do período de referência para o cálculo da média semanal das horas trabalhadas. Esta proposta apresentada por Silva Peneda e aprovada pelo Parlamento Europeu em 2005 foi agora reconfirmada pelo mesmo Parlamento, por ampla maioria.

O Eurodeputado acrescentou que o problema do “opt-out” é uma questão de fundo. **“A questão crucial é a de saber se queremos ou não que os cidadãos europeus trabalhem mais de 8 horas por dia durante 6 dias por semana, em média anual”**. Silva Peneda afirmou que, **“a ser aceite a excepção à regra da média de 48 horas por semana estar-se-ia a minar aspectos essenciais do modelo social europeu, como sejam os relacionados com a economia social de mercado, o diálogo social, a liberdade individual, a protecção dos mais vulneráveis e uma melhor conciliação entre a vida familiar/privada e o trabalho”**.

Silva Peneda acrescentou que acredita **“verdadeiramente nas virtudes do mercado livre, mas tratando-se esta Directiva da segurança e da saúde dos trabalhadores devemos ser muito cautelosos quanto a mais desregulamentação”** e que a **“introdução do “opt-out” é uma via que vai no sentido da desregulamentação do mercado de trabalho”**.

Silva Peneda interroga-se sobre o sentido que pode ter a União Europeia aprovar uma lei para a protecção da saúde e segurança dos trabalhadores e na mesma lei afirmar que quem quiser cumpre e quem não quiser não cumpre. E acrescenta que **“com o “opt-out” é isto que aconteceria”**.

Silva Peneda lamenta a posição do Governo português nesta questão, que se absteve na votação da Directiva do Tempo de Trabalho no Conselho Europeu em Junho passado. Dada a importância desta Directiva, Silva Peneda afirmou que **“na questão da possi-**

bilidade de fixar horários de trabalho superiores a 48 horas por semana não pode haver meias tintas. Ou se é a favor dos valores fundamentais que estão na génese do projecto europeu, ou se está do lado das teses que querem desregular o mercado de trabalho”. E acrescentou: **“a falta de coragem do governo português neste processo foi amplamente compensada pela votação de todos os eurodeputados portugueses, com uma única excepção”**.

Relativamente ao tempo de guarda (em inglês, “on-call time”), sobretudo no sector hospitalar, Silva Peneda insiste, ao contrário da posição do Conselho, que a totalidade deste período deve ser considerado como tempo de trabalho já que, ao estar “de guarda” o trabalhador não pode dispor livremente do seu tempo. A decisão adoptada pelo Parlamento corresponde também a uma proposta formulada pelo deputado Silva Peneda, aprovada pelo Parlamento Europeu, em 2005, e agora também reconfirmada. 



2ª Universidade Europa

Social-democratas aumentam investimento na formação de jovens

O Grupo de Eurodeputados do PSD, a Juventude Social Democrata (JSD), o PSD e o Instituto Francisco Sá Carneiro organizaram a 2ª Universidade Europa que é uma ação de formação sobre a União Europeia para os jovens quadros do PSD e da JSD, que teve lugar na Cúria, no Grande Hotel e decorreu de 14 a 16 de Novembro.

O encerramento (Domingo, dia 16) contou com a intervenção da Presidente do PSD, Dra. **Manuela Ferreira Leite**, e do líder da JSD, **Pedro Rodrigues**.

Os melhores alunos deste evento serão convidados a participar no programa de Estágios para Jovens no Grupo Parlamentar do PSD em Bruxelas.

A ex-Ministra dos Negócios Estrangeiros de Espanha e ex-Vice-presidente do Banco Mundial, **Ana Palácio**, foi a convidada especial para o almoço de Sábado, onde apresentou a sua visão sobre "o presente e o futuro da UE".

Do programa de formação, destacam-se dois Jantares-Conferência. O primeiro na sexta-feira à noite com o Vice-Presidente do PSD, **Professor António Borges sobre a Crise Financeira e o papel da UE**. No Sábado foi o Vice-Presidente do Partido Popular Europeu, **Professor João de Deus Pinheiro**, a falar com os jovens sobre o tema "A Política Externa da UE".

"Como se financia a UE?" foi o tema apresentado pelo Eurodeputado **José Silva Penada** e Jorge Moreira da Silva respondeu à pergunta se "existe uma liderança da UE na política ambiental e energética?". **Carlos Coelho** e **Sérgio Marques**, ambos Deputados europeus explicaram no Sábado de amanhã as "Regras de funcionamento da UE".



Na manhã de Domingo teve lugar um Debate entre os alunos com tema "Como comunicar melhor na UE", que foi precedido de duas mensagens vídeo dirigidas aos jovens participantes, uma do **Presidente do Parlamento Europeu Hans Gert Pottering** e outra do **Presidente da Comissão Europeia Durão Barroso**.

Antes do encerramento **Vasco Graça Moura**, escritor e Deputado europeu do PSD, apresentou o seu novo livro "Anotações Eu-

ropeias". Foi a primeira vez que o escritor apresentou um livro seu em exclusivo para um grupo de jovens.

Os 70 participantes foram seleccionados entre duzentos e cinquenta candidatos, tendo sido valorizado o seu CV, as respostas que deram a algumas questões na ficha de candidatura e também critérios de distribuição geográfica e equilíbrio de género e etário. Face ao elevado número de candidatos está já a ser programada uma terceira edição para o início de 2009. 



PSD acusa: Diferenças salariais

entre géneros pioram durante os mandatos do PS



Eurodeputados do PSD acusam o PS de fazer “folclore nas questões das mulheres” e de acentuarem diferenças salariais entre géneros.

O Parlamento Europeu aprovou um Relatório com sugestões à Comissão Europeia sobre as “diferenças salariais entre homens e mulheres na UE”. Portugal é um piores países nesta tabela pois regista uma brutal disparidade entre os dois géneros. Os Deputados do PSD acusam os socialistas de folclore com a suposta defesa dos temas das mulheres.

O PS esqueceu-se de ter uma política séria no combate às verdadeiras questões discriminatórias entre homens e mulheres.

O Grupo Europeu do PSD louvou a seriedade das recomendações da relatora, centrando-se no problema essencial, ao contrário de algumas alterações introduzidas pelos socialistas que não contribuem para a resolução deste proble-

ma - pormenores de folclore político ou recomendações não exequíveis porque da esfera de competência dos Estados Membros.

A discriminação salarial entre géneros constitui um problema em toda a Europa. As mulheres ganham, em média, **menos 15% que os homens** na União Europeia, chegando a atingir diferenças de 25% no sector privado.

A discriminação salarial tende a aumentar com o nascimento do primeiro filho e as mulheres continuam a recetar a via judicial na resolução destas discriminações, sob pena de passarem da situação de remuneração injusta à situação de desemprego.

Em Portugal, com o actual governo, entre 2005 e 2006, a diferença de salários entre homens e mulheres em igualdade de circunstâncias aumentou 8,9%. Decorrendo disto e agravando a situação, o subsídio de desemprego pago às mulheres em 2007 representava menos 21,1% que o pago

aos homens. Os valores pagos às mulheres estão abaixo do limiar da pobreza, também no subsídio social de desemprego, e diminuíram entre 2006 e 2007.

Em 2004, a taxa média de desemprego nas mulheres era 1,8% superior à dos homens. Durante a **Governança Sócrates**, esta **diferença acentuou-se consideravelmente** - em 2006 a taxa média de desemprego nas mulheres era 2,5% superior à dos homens e, em 2007, atingiu 3% mais.

As **mulheres são a facção populacional que mais sofre com o agravamento das taxas de desemprego em Portugal** e a discriminação salarial tem repercussões graves para efeitos de reforma.

O **Partido Socialista e a Governança Sócrates** arrogam-se defensores máximos dos Direitos das Mulheres e exemplificam essa defesa com diplomas legais como o da Lei da Paridade (a célebre questão das Quotas femininas nas listas eleitorais). As condições de discriminação e pobreza que aqui se denunciavam, não lhes mereceram, ao longo de quatro anos de Governança, quaisquer medidas ou propostas de resolução, apesar de serem responsáveis pelo agravamento da situação.

O **Partido Socialista** agiu, assim, nestes quatro anos de Governança que se completam, à semelhança do **Partido Socialista Europeu** nas alterações que apresentou ao Relatório - **preocupado exclusivamente com o sensacionalismo político, esquecendo a sua responsabilidade na resolução dos problemas dos cidadãos.**

Os Deputados europeus eleitos pelo PSD apoiaram este Relatório aprovado em Estrasburgo. **Apesar do folclore socialista, não confundiram o essencial com o acessório e não deixaram que o acessório destruísse o essencial – a alteração de uma inaceitável situação discriminatória que põe verdadeiramente em causa a dignidade das mulheres.**

Duarte Freitas acusa Jaime Silva

de "falhanço e de querer enganar os portugueses"



Reação de Duarte Freitas às declarações de Jaime Silva sobre o acordo da PAC: Ministro da Agricultura Falha e Mente

O Sr. Ministro da Agricultura falhou na defesa dos interesses de Portugal nas negociações sobre o Health Check da PAC e mente quando tenta fazer parecer que conseguiu um bom acordo para o nosso país.

Falhou na garantia de não atingir pela modulação (passagem de verbas das Ajudas Directas aos agricultores para o Desenvolvimento Rural) aqueles que recebem menos de 10.000 euros, conforme o Parlamento Europeu tinha aprovado e que, em Portugal, reduziria para metade as explorações atingidas (16.000 para 8.000).

Falhou desgraçadamente o evitar da continuação do desmantelamento das quotas leiteiras, sistema que protege os produtores mais pequenos e com desvantagens competitivas, como é o caso dos produtores do Norte e, em especial, dos Açores, que dependem muito do sector do leite e não têm alternativas produtivas.

Mentiu quando disse que as principais preocupações portuguesas tinham sido atingidas.

Mentiu despididamente quando disse que a liberalização do leite foi decidida em 2003, num argumento de desespero falso e de enorme má fé, quando sabe que nesse ano o que se acordou foi **prolongar o sistema de quotas até 2015** pois, segundo o acordo de 1999 (Governo Guterres), o sistema acabaria em 2008.

Aliás este argumento apela apenas à **ignorância** com que o Ministro deve catalogar os portugueses pois ele sabe bem que todos os acordos têm um prazo para revisão. A aceitar o argumento de Jaime Silva então poderíamos dizer que **Sócrates aceitou que Portugal não recebesse mais verbas de Bruxelas depois de 2013** ao ter assinado o acordo das Perspectivas Financeiras 2007-2013. Mas não o fazemos.

Neste aspecto, o que o Ministro oculta é que foi ele o **responsável pelo facto de Portu-**

gal ter recusado englobar uma minoria de bloqueio, que tinha como aliados a França e a Alemanha e que se propunha contrariar o início do desmantelamento aquando do aumento de quotas de Abril passado.

Jaime Silva é assim o único responsável pela situação em que ficará o sector leiteiro, mas não deixa de ser coerente com a desvalorização que lhe atribui depois de não ter considerado estratégico para Portugal.

Para mais, Portugal fica ainda a perder **pelo fim do mecanismo de solidariedade** que redistribuía verbas da modulação, originando a entrada no nosso País de 3 a 4 euros por cada euro que perdíamos.

Com este cenário, é **incrível como o Ministro Jaime Silva ainda tenta passar uma imagem de vencedor.** 



Segurança dos Brinquedos

legislar não chega. É necessário **fiscalizar** e essa é a **responsabilidade** da ASAE

O Parlamento Europeu aprovou a **Directiva que aumenta os requisitos de segurança dos brinquedos**.

Os Deputados Europeus trabalharam numa legislação que aumenta e clarifica os requisitos de segurança, alarga o âmbito das substâncias proibidas e reforça os deveres dos produtores e importadores nesta matéria. **Trata-se, portanto, de uma legislação de extrema importância para a segurança das crianças.**

“O que não pode deixar de nos preocupar, à vista do que tem acontecido em Portugal, é a aplicação desta nova Directiva”, afirma o Eurodeputado do PSD, Carlos Coelho.

Esta Directiva vem aumentar a responsabilidade dos Estados Membros em matéria de fiscalização e vigilância de mercado.

No entanto, como recentemente identificou a Associação de Defesa do Consumidor - DECO, **os brinquedos que foram testados recentemente e considerados perigosos, infringiam regras já estabelecidas em Legislação anterior.**



*“Significa que aumentamos o controlo para intensificar a segurança mas **este controlo falha exactamente onde não pode falhar - na Fiscalização Nacional**”* frisa Carlos Coelho.

Os Eurodeputados do PSD louvam a DECO

pela sua actuação de excelência nos alertas que, sucessivamente, vem lançando nesta matéria.

Mas, sublinha Carlos Coelho, **“a responsabilidade de Fiscalização cabe, claramente, à ASAE.”**

“A ASAE tem sido notícia por um grande fervor repressivo em questões que a muitos parecem secundárias. Não se compreende que, no que toca à protecção das Crianças, pareça tão ausente.”

A ASAE não pode centrar a sua actividade na preocupação de ter projecção mediática. A sua função nobre é de proteger os consumidores, especialmente os que estão mais vulneráveis como é o caso das crianças.” acrescenta.

Os Deputados Europeus do PSD contribuíram para a adopção de normas que reforçam a **Segurança dos Brinquedos**, produzindo uma directiva que garante ainda a protecção dos pequenos e médios produtores, mas alertam para a necessidade de isso ter correspondência na actividade das autoridades a quem compete a Fiscalização. 

Vasco Graça Moura e outros 15 especialistas europeus

debatem tradução enquanto “língua da Europa”

O Eurodeputado do PSD e escritor, **Vasco Graça Moura** participou em Bruxelas num debate sobre a **Tradução enquanto Língua da Europa** organizado pela Comissão Europeia que a convite do Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso e do Comissário para o Multilinguismo, Leonard Orban, reuniu **16 especialistas europeus nas questões da tradução literária e edição.**

O tema inspirou-se em Umberto Eco que afirmou *«A língua da Europa é a tradução»*.

Vasco Graça Moura, que é o Relator do Parlamento Europeu para o Multilinguismo, foi o Relator de um dos Debates.

Este almoço-debate constitui a primeira de duas etapas de uma iniciativa que se completará em Abril de 2009 com uma conferência mais vasta sobre a tradução literária. Pretende-se incentivar o papel da tradução em geral e da tradução literária, em particular. A tradução é também importante para a aprendizagem das línguas, a integração dos trabalhadores

migrantes, a conservação da identidade, a promoção da literacia, a aquisição de competências na língua materna e nas novas tecnologias.

O **programa comunitário «Cultura»** (2007-2013) apoia a tradução literária entre línguas europeias com o objectivo de promover o conhecimento da literatura e do património literário dos países europeus, contribuindo assim para o reforço das políticas em matéria de multilinguismo e estimulando o diálogo intercultural. 

Duarte Freitas a favor

de veículos pesados não poluentes



Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu foi aprovado o Relatório Groote relativo à “Proposta de regulamento de veículos a motor e de motores no que se refere às emissões dos veículos pesados (Euro VI) e ao acesso às informações relativas à reparação e manutenção dos veículos”.

O Deputado europeu do PSD, **Duarte Freitas** apoiou este Relatório e explicou que a **combustão de carburantes** como a gasolina, o diesel e o gás, que se baseiam em energias fósseis, conduz à libertação de emissões, que “são nocivas para a saúde, e que contribuem para o aquecimento da atmosfera”. O **Deputado do PSD** concorda com a **harmonização** das regras para a construção de **veículos a motor pesados**, no que respeita às **emissões de poluentes atmosféricos**, porque “entendo que é a melhor forma de evitar que os **Estados-Membros apliquem prescrições divergentes e de assegurar a protecção do ambiente**”.

Dados Biométricos nos passaportes:

Parlamento Europeu aprova Relatório de Carlos Coelho

O Parlamento Europeu aprovou por **esmagadora maioria** (594 votos a favor, 51 contra e 37 abstenções) um **Relatório do Deputado PSD Carlos Coelho**, que **estipula novas normas biométricas para os passaportes** e pretende **reforçar a protecção das crianças de situações de rapto e de tráfico**.

A utilização de dados biométricos nos passaportes tem por objectivo **reforçar a segurança relativamente ao terrorismo, à criminalidade e à imigração**. Ao longo do processo de negociação houve alguma polémica na opinião pública e em várias instituições por causa da recolha de dados biométricos de crianças. O **Deputado do PSD liderou este processo no Parlamento Europeu e negociou, directamente com o Conselho e com a Comissão Europeia, centenas de propostas de alteração suas à proposta inicial destas duas instituições**.

De acordo com a legislação actualmente em vigor, as crianças podem viajar com o passaporte dos pais. No entanto, a Comissão das Liberdades Cívicas, da Justiça e dos Assuntos Internos do Parlamento Europeu defende que, por motivos de segurança, cada criança deve ter um passaporte, seguindo a recomendação nesse sentido feita pela organização internacional da aviação civil de “**uma pessoa - um passaporte**”.

Reforçar a segurança: da apresentação ao controlo fronteiriço dos passaportes.

“A segurança dos passaportes não se esgota no passaporte em si. Toda a sequência que tem início com a apresentação dos documentos necessários para a emissão dos passaportes, seguido da recolha dos dados biométricos e terminando com a verificação nos postos de controlo transfronteiriços é importante. Faz pouco sentido aumentar o nível de segurança existente nos passaportes se permitirmos a existência de “pontos fracos” nos outros elementos da cadeia”, lê-se no relatório do eurodeputado português Carlos Coelho do PSD.

O Deputado do PSD explicou que, segundo os estudos já existentes (resultantes dos projectos-piloto realizados em vários Estados-Membros) **é extremamente difícil proceder à recolha**

ou mesmo confiar em impressões digitais de crianças com idades inferiores a 6 anos.

Foi acordada, igualmente, uma **cláusula de revisão** estipulando que ao fim de 4 anos e tendo em conta os resultados do estudo (“*que solicitei à Comissão*”) a ser elaborado relativamente à credibilidade das impressões digitais de crianças, o limite de idade será fixado definitivamente e de forma harmonizada para todos os Estados-Membros.

Foi introduzida uma **segunda derrogação** à obrigação de fornecer impressões digitais para as pessoas que, por razões diversas (dedos queimados, amputados, etc), estão fisicamente impossibilitadas de o fazer.

A introdução do princípio “**uma pessoa - um passaporte**” é sem dúvida um benefício adicional na luta contra o tráfico de crianças. De acordo com um estudo recente da Childfocus, o maior risco de tráfico e rapto incide sobre crianças que viajem sozinhas. Logo, é claro que para este tipo de casos (em que segundo as regras da IATA, só é permitido que um menor viaje sozinho a partir dos 6 anos), o facto de possuírem um documento de viagem pessoal constitui, sem dúvida uma protecção adicional.

Em prol da **protecção de crianças** foi também obtido por **Carlos Coelho** um **Acordo Interinstitucional**, feito entre as 3 instituições de forma a criar uma **posição comum para a adopção das regras necessárias à protecção das crianças contra o rapto e o tráfico**. As respectivas iniciativas deverão ser introduzidas pela Comissão no âmbito da área respectiva - Direito Civil.



“Abram o caminho para os direitos humanos nas instituições fechadas!”

Eurodeputada Assunção Esteves lança iniciativa no Parlamento Europeu para proteger os direitos humanos em lares e prisões

Porque a violência e o abuso atinge, anualmente, centenas de milhares de cidadãos enclausurados em prisões, em lares de terceira idade e de menores, Assunção Esteves, pede, através de uma declaração parlamentar, que haja um maior controlo destas instituições:

“A um controlo oficial deve juntar-se um controlo por cidadãos autorizados por lei, vindos de organizações representativas e lançando um novo escrutínio sobre o modo como a dignidade se cumpre para lá dos muros”.

Menores, idosos e reclusos são alvos fáceis de várias formas de violência nas instituições: perseguição por parte dos funcionários, comportamento agressivo entre residentes e negligência.

O abuso que sofrem vai desde a perseguição física directa através de actos de violência,

falta de cuidados de higiene e subnutrição à violência emocional e psicológica (agressões verbais e indiferença no tratamento).

É preciso mostrar o que verdadeiramente se passa nestas instituições a quem assiste de fora, como defende Assunção Esteves:

“As instituições fechadas são lugares em que se conjugam a fragilidade e a dependência, zonas de penumbra distanciadas da opinião pública, dos média e, por isso mesmo, dos decisores políticos. É nesses lugares que o risco de violação dos direitos humanos atinge o seu ponto máximo, e a sua concretização, o grau mais insuportável.”

A iniciativa partiu da deputada portuguesa, mas conta com o apoio e a co-assinatura dos *chairmen/presidentes* de três comissões do Parlamento Europeu: Comissão dos Assuntos Constitucionais; Comissão das Liberdades Cí-

vicas, Justiça e Assuntos Internos; Subcomissão dos Direitos do Homem. Conta também com a assinatura do autor, este ano, do relatório anual dos direitos fundamentais na UE. Cada um representa um grupo político diferente no PE, o que demonstra a transversalidade política do tema. 



Eurodeputados do PSD apelam ao diagnóstico e tratamento precoces do HIV/SIDA

Foi aprovada no Plenário do Parlamento Europeu, reunido em Estrasburgo, uma Resolução que encoraja a **promoção do diagnóstico e tratamento precoces de infecções por HIV** em cada um dos Estados Membros.

As últimas estatísticas continuam a indicar não apenas **um aumento dentro da UE** do número de novos casos de pessoas infectadas com o HIV, como também um grande número de casos de **doentes infectados que continua a não ser diagnosticado**.

Uma das razões para a rápida propagação da infecção com o HIV em muitos países da UE é o facto de muitos **toxicodependentes**

estarem infectados, e serem foco de propagação por partilharem instrumentos injectáveis. O relatório anual do EuroHIV sobre a evolução dos consumos de droga na União Europeia coloca **Portugal** como o país com o **maior número de casos detectados de HIV/SIDA entre os toxicodependentes**.

Em nome do Grupo de Deputados eleitos pelo PSD, **Carlos Coelho** afirma que o **PSD** estará **“sempre ao lado de iniciativas”** no sentido de promover o **diagnóstico precoce**, criar medidas para **facilitar a realização dos testes** de infecções por HIV, **acções de campanha** para sensibilização da população e **antecipar os tratamentos**.

O inquérito anual dos cuidados de saúde, EHCI de 2008 relata que **Portugal** ocupa dos **últimos lugares** no sistema de **cuidados de saúde na Europa**. Uma das críticas feitas ao sistema de saúde português é por ainda não ter conseguido resolver o seu problema de acesso/tempo de espera de tratamento.

O EuroStat continua a indicar **Portugal** como o **país com maior taxa de morte associada à SIDA**. A análise comparada de dados de Portugal com os seus parceiros da UE torna evidente que **“algo está errado com a nossa estratégia nacional”**, afirma **Carlos Coelho**. Mais ainda: **“É necessário reflectir e analisar onde se está a falhar”**. 

Euro faz 10 anos

Mas Governos socialistas travam Portugal

O Grupo Europeu do PSD (GEPSPD) congratula-se pelo décimo aniversário da UEM (União Económica e Monetária) e por todas as conquistas que tornaram o euro uma moeda estável em 16 países da UE. No entanto, o GEPSPD não pode deixar de sublinhar a **responsabilidade dos Estados-Membros na implementação das necessárias reformas estruturais**, sem as quais muitas das vantagens de pertencer a um bloco com uma moeda forte se desvanecem. **É fundamental criar as condições para a existência de um tecido produtivo forte e mais capaz de se adaptar a adversidades cíclicas.**

É a própria Comissão Europeia que dá o exemplo de **Portugal como o exemplo a não seguir pelos novos membros da zona euro, ao contrário do aluno exemplar que foi durante a primeira década após a adesão.** Segundo a Comissão Europeia, na segunda metade da década de 1990 e nos primeiros anos de adesão, **Portugal assistiu a um período de crescimento da economia associado a baixas taxas de juro e a um aumento do crédito. Esta situação levou a uma forte expansão do consumo e ao conseqüente agravamento do nível de endividamento das famílias.** Perante a

explosão do consumo, a política orçamental dever-se-ia ter tornado mais restritiva mas, pelo contrário, Portugal adoptou uma política expansionista e, até hoje, não implementou as reformas estruturais necessárias.

Para agravar as conseqüências deste incumprimento, o fraco crescimento da produtividade provocou perdas de competitividade. **Após a adesão ao euro, Portugal registou um crescimento económico desequilibrado** baseado num forte consumo. Devido à **ausência de reformas estruturais que fortalecessem a oferta nacional**, este consumo teve de ser alimentado pelas importações que, assim, **criaram desequilíbrios externos preocupantes.**

Nos últimos 10 anos, **a UEM promoveu a convergência real dos "países da coesão", excepto no caso de Portugal (77% PIB per capita da UE27 em 1998 contra a previsão do Eurostat de 73% em 2008).** Aos erros do passado junta-se a ausência de reformas estruturais essenciais para o ajustamento a choques adversos; para a promoção do crescimento da produtividade; e para a criação de emprego e aumento da competitividade.

O Governo também foi repreendido pelo Banco de Portugal que no seu Boletim de Inverno lançou um sério aviso ao dizer que **"a economia portuguesa continua a ser caracterizada por um conjunto de fragilidades de natureza estrutural, que se tem traduzido num fraco dinamismo da produtividade dos factores."** E acrescenta ainda que **"o baixo crescimento da actividade económica que Portugal tem evidenciado nos últimos anos traduz não apenas um baixo dinamismo da produtividade, mas também um baixo crescimento do emprego e do stock de capital, que não podem ser aferidos numa perspectiva meramente cíclica."**

A conclusão é óbvia para todos os portugueses, para a Comissão e para o Banco de Portugal - a situação em Portugal não é apenas conseqüência da crise financeira e económica. O Banco de Portugal sublinha que **"a implementação de reformas conducentes a uma maior eficiência na afectação de recursos revela-se crucial para a promoção de um aumento sustentado dos níveis de produtividade e emprego, assim como para a criação de condições propícias ao investimento e à inovação"**. O Governo está à espera de quê? 



Carlos Coelho pergunta

à Comissão Europeia se os interesses das PME estão a ser devidamente salvaguardados

Num momento em que a crise financeira atinge fortemente as PME, o eurodeputado **Carlos Coelho** pergunta ao Comissário Charlie McCreevy se **os interesses das empresas europeias, especialmente das PME, estão a ser devidamente salvaguardados.**

No contexto da crise do mercado financeiro, o Parlamento Europeu debateu em sessão plenária as medidas para a melhoria do ambiente para as PME na Europa. As **PME** desempenham um papel importante na **garantia da competitividade da economia da UE**. O Parlamento Europeu dirige uma pergunta ao Conselho para saber que medidas pretende aplicar para permitir o acesso sustentável das PME ao financiamento.

As **PME** fornecem mais de **100 milhões de empregos** e contribuem para o **crescimento económico**, sendo uma importante **fonte de inovação** e promovendo a **igualdade de género** e o **desenvolvimento regional**.

Considerando a importância das PME para a economia da Europa e a sua contribuição para a competitividade e o emprego da UE, o eurodeputado **Carlos Coelho** perguntou ao comissário McCreevy se **as negociações sobre o reconhecimento mútuo na protecção de direitos comerciais no âmbito da Convenção Europeia de Patentes não estariam a colocar em risco os interesses das PME europeias.** 



Sérgio Marques acusa

Conselho de bloquear reforma do Fundo de Solidariedade da UE

O Parlamento Europeu questionou a Comissão Europeia, sobre os **obstáculos à reforma do Fundo de Solidariedade da UE** num debate que contou com a participação activa do **Deputado Europeu do PSD Sérgio Marques.**

Na sua intervenção, **Sérgio Marques acusou o Conselho de “bloquear a reforma do Fundo de Solidariedade”** na medida em que *“não é capaz de chegar a acordo quanto a uma posição comum que permita o prosseguimento do processo legislativo.”* Para o Deputado madeirense, dificilmente se *“descortinam os motivos que podem estar subjacentes à posição do Conselho, salvo talvez mesquinhas razões financeiras.”*

“Não quer o Conselho uma resposta mais ágil e imediata às catástrofes naturais que ocorram?”

“Não quer o Conselho que este tipo de resposta célere seja dada a outro tipo de catástrofes como sejam graves acidentes industriais e atentados terroristas ou graves situações em termos de saúde pública?” questionou Sérgio Marques.

Para o Deputado português é *“muito importante que estas questões tenham uma resposta clara”* tal como é também importante esclarecer o que pensa desta situação a Comissão Europeia e se pretende tomar alguma medida destinada a desbloquear o processo legislativo.

“O VALOR SOLIDARIEDADE tem também de ter plena concretização neste domínio. Os cidadãos não compreenderiam de todo que assim não fosse”, afirmou o Deputado.

A terminar **Sérgio Marques** afirmou ainda que *“Não podemos querer uma Europa dos cidadãos e em simultâneo ceifar os projectos através dos quais essa Europa próxima dos cidadãos se concretiza.”* 

Duarte Freitas visita

sector das Pescas no Norte e Centro do país



O Deputado Europeu Duarte Freitas, membro efectivo da Comissão das Pescas do Parlamento Europeu, realizou a 11 de Dezembro, um conjunto de visitas a alguns dos centros de Pesca mais importantes e sensíveis do país.

O Eurodeputado Social Democrata esteve em Matosinhos, Póvoa de Varzim e Gafanha da Nazaré, *“para analisar de perto a actual situação do sector das pescas nestas regiões do país”.*

Duarte Freitas considera que “o sector das pescas nacional tem sido votado ao abandono” referindo que *“os interesses dos nossos pescadores e das indústrias que dependem directamente da pesca não têm sido devidamente defendidos”.*

Na agenda do Deputado Europeu estiveram:

- visita à fábrica de Conservas de Sardinha Pinhais em Matosinhos
- visita à lota e porto de pesca de Matosinhos
- reunião com responsáveis da APROPESCA, AAPN e VIANA PESCA na Póvoa de Varzim, seguida de visita à lota e porto de pesca local.
- reunião com responsáveis da AIB Portugal, industriais da transformação do bacalhau, na Gafanha da Nazaré
- visita à lota da Gafanha da Nazaré e porto de pesca local e contacto com responsáveis da ADAPÍ

Duarte Freitas considera que “o Governo português tem assistido, impávido e sereno, ao desmoronamento de um dos mais emblemáticos sectores da economia e cultura nacional”

Duarte Freitas conclui referindo que “a pesca tem que ser uma prioridade nacional para um país como Portugal, que possui a maior ZEE da União Europeia.” 

Sérgio Marques observou

eleições na Venezuela

O PPE-DE considera resultados das eleições regionais e municipais na Venezuela prova do elevado apoio popular à oposição a Hugo Chávez

O Grupo do Partido Popular Europeu e dos Democratas Europeus (PPE-DE) felicitou o povo venezuelano pela elevada participação nas eleições regionais e municipais do passado dia 23 de Novembro e considera que estas eleições demonstraram a existência de uma oposição ao regime do Presidente Hugo Chávez que conta com cada vez mais apoio popular.

Sérgio Marques foi um dos signatários da **Resolução Comum adoptada pelo Parlamento Europeu relativamente à Venezuela.**

A delegação composta pelos eurodeputados Sérgio Marques, Fernando Fernández Martín, Luís Herrero e Carlos Iturgaiz estiveram na Venezuela, a fim de observar o processo eleitoral, que contou com a maior participação de eleitores nas eleições regionais na história da Venezuela.

Os deputados do Grupo PPE-DE consideraram que a participação foi "mais que merecida, tendo em conta as dificuldades derivadas do complexo sistema de votação, reconhecidas pelo próprio Presidente Chávez, e que tornaram o processo demasiado demorado. Foi necessário manter abertas as urnas eleitorais várias horas depois do seu encerramento, o que gerou alguma tensão e incertezas, que acabaram por se resolver. 



Parlamento Europeu aprova Cartão azul para imigrantes qualificados

O Parlamento Europeu aprovou os Relatórios relativos às questões da **imigração**, com especial destaque para a criação do **Cartão Azul** que visa **criar uma via comum de admissão de trabalhadores altamente qualificados, em vez de existirem 27 sistemas diferentes.**

No debate conjunto que antecedeu a votação, o Deputado europeu do PSD, **Carlos Coelho**, começou por recordar que é **claramente contra uma Europa Fortaleza** e que apoia *"políticas activas de admissão de migrantes económicos"*.

O Deputado do PSD explica que *"ao aprovarmos a Directiva relativa ao "cartão azul", não queremos limitar a migração apenas a pessoas altamente qualificadas, deixando de fora todos os outros trabalhadores migrantes com menos qualificações. No decurso dos próximos anos ambas as categorias serão essenciais para o desenvolvimento económico e social da Europa."*

Por esta razão, **Carlos Coelho** apoia também a proposta de Directiva que visa instituir um **procedimento único de concessão de uma autorização única de residência e de trabalho**. Para além de trazer **"vantagens claras em termos de simplificação, redução da burocracia e facilitação do controlo do seu estatuto, permite que se crie um quadro único e transversal de direitos que deverão ser reconhecidos aos trabalhadores migrantes legalmente residentes no território da União"** afirma o deputado.

Segundo **Carlos Coelho** apenas com a excepção dos trabalhadores sazonais, em regime de destacamento e os altamente qualificados, que terão Directivas sectoriais, **"todos os outros poderão desfrutar de um conjunto de direitos laborais equiparados aos usufruídos pelos nacionais do Estado Membro de acolhimento."** Este tratamento igualitário em todo o espaço comunitário deverá **"permitir combater eventuais situações de exploração de mão-de-obra, melhorar a integração desses trabalhadores,**



contribuindo para uma maior coesão social" afirma **Carlos Coelho.**

Carlos Coelho considera razoável que se mantenha no âmbito da competência dos Estados Membros as decisões relativas à **admissão de nacionais de países terceiros no seu mercado de trabalho nacional**, de acordo com as necessidades nele existentes dada a diversidade de situações e a especificidade de cada Estado-Membro.

Quanto à Directiva relativa ao "cartão azul", o Deputado do PSD considera útil criar uma **"via comum de admissão de trabalhadores altamente qualificados, em vez de existirem 27 sistemas diferentes"** destacando de seguida as propostas da Relatora - Ewa Klant - no sentido de se **"reforçar o grau de exigência das condições de admissão, ao mesmo tempo que se deve reforçar a prevenção da fuga de cérebros."** 

Pacote Clima aprovado no Parlamento Europeu

Porquê um pacote de medidas de combate às alterações climáticas?

Nas últimas décadas, o **nosso estilo de vida** e o aumento da riqueza têm exercido um efeito profundo **no sector ambiental e energético**, transformando consideravelmente as perspectivas energéticas. As alterações climáticas afectam os europeus todos os dias.

A procura crescente de energia, a subida em flecha dos preços do petróleo, a incerteza do aprovisionamento energético e o aquecimento global reforçam a urgência de tomada de decisões nas áreas da energia e do ambiente.

Dado que cada **Estado-Membro (EM) não pode lutar isoladamente** contra o aquecimento global, a UE (União Europeia) assumiu, o compromisso ambicioso de aumentar a utilização das energias renováveis (para substituir os combustíveis fósseis mais poluentes), diversificar a origem e os recursos do aprovisionamento energético e reduzir as emissões de CO₂.

Pacote Clima – Qual é o plano de acção?

A UE acordou a estratégia “20, 20, 20” em 2020. Trata-se de uma série de medidas emblemáticas, em volta do número “20”, com 3 objectivos a serem alcançados em 2020:

- 20% redução mínima das emissões de gases com efeito de estufa (comparação com os níveis de 1990);
- 20% de quota de Energias Renováveis (ER) no consumo total de energia na UE;
- 20% de aumento da eficiência energética.

Quais as diferentes partes do Pacote?

Este Pacote constitui uma abordagem global na luta contra o aquecimento global e as alterações climáticas. Por isso, o Pacote inclui um conjunto de propostas políticas interligadas que vai muito para além de um mero conjunto de medidas avulsas e isoladas:



- **Energias Renováveis:** Uma Directiva que visa estabelecer metas nacionais em matéria de energias renováveis que permitam alcançar em cada EM uma meta vinculativa global de 20% de fontes de energia renováveis no consumo de energia em 2020.
- **Biocombustíveis:** Uma meta vinculativa mínima de 10% de biocombustíveis no sector dos transportes.
- **Regime de Comércio e Licença de Emissões:** Uma proposta de alteração da directiva relativa ao regime de comércio de licenças de emissão da UE (RCLUE-UE).
- **Partilha de esforços:** Uma proposta relativa à partilha de esforços para cumprimento do compromisso independente da Comunidade de redução de gases com efeito de estufa em sectores não abrangidos pelo Regime de Comércio de Licenças de Emissão da UE (como os transportes, os edifícios, os serviços, as instalações industriais de menores dimensões, a agricultura e os resíduos).
- **Captura e Armazenamento de Carbono:** Uma proposta para um quadro jurídico em matéria de captura e armazenamento de carbono e uma comunicação sobre a demonstração da captura e armazenamento de carbono (CAC).
- **Redução das emissões de CO₂ dos automóveis:** Uma proposta que define normas de desempenho em matéria de emissões dos automóveis novos de passageiros para reduzir as emissões de CO₂.
- **Eficiência energética:** Novas orientações sobre auxílios estatais no domínio do ambiente.

Estes relatórios são fundamentais por si só, e como parte de um acordo (pacote clima-energia). Ao mesmo tempo que está garantida a preservação da integridade ambiental, o acordo permitirá atingir os objectivos 20, 20, 20 em 2020. **“As metas atribuídas aos Estados-Membros são ambiciosas mas exequíveis”**, sublinham os Deputados do PSD. 